



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Saúde

Processo Administrativo nº 2801/2026

Anexo nº 1837

Documentos de Formalização da Demanda nº 3077

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de dietas enterais, fórmulas infantis, leites especiais e suplementos alimentares destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Marialva – PR, por meio de Pregão, na forma Eletrônica, nos termos das tabelas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	113781 - FÓRMULA INFANTIL PARA PREMATUROS E/ OU RECÉM- NASCIDOS DE BAIXO PESO, CONTENDO LCPUFAS, DHA E ARA. MARCAS DE REFERÊNCIA: PRÉ NAN, APTAMIL PRÉ OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADA À NUTRIÇÃO DE BEBÊS PRÉ-TERMO E/OU ALTO RISCO E EM SITUAÇÕES QUE CONTRAINDICA A AMAMENTAÇÃO. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	100	84,00	8.400,00
AMPLA	Lote 2	1	113782 - FORMULA INFANTIL DE PARTIDA FORMULADA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM ADIÇÃO DE FERRO CONTENDO DHA E ARA. COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS. MARCAS DE REFERÊNCIA: NAN CONFOR I, APTAMIL I OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A LACTENTES EM SITUAÇÕES EM QUE A AMAMENTAÇÃO ESTEJA CONTRAINDICADA; DESTINADO A LACTENTES COM BAIXO GANHO DE PESO E/OU DESNUTRIDOS. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS.	UNIDAD	1.000	86,22	86.220,00
AMPLA	Lote 3	1	113783 - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS ENRIQUECIDO COM FERRO, INDICADO PARA LACTENTES A PARTIR DOS 6 MESES. ACRESCIDA DE CASEÍNA/SORO DO LEITE. ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS E MINERAIS. FONTE DE CARBOIDRATOS: LACTOSE E/OU MALTODEXTRINA. COM DHA/ARA E PREBIÓTICOS. MARCAS DE REFERÊNCIA: NAN CONFOR II, APTAMIL II OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A LACTENTES EM SITUAÇÕES EM QUE A AMAMENTAÇÃO ESTEJA CONTRAINDICADA. DESTINADO A LACTENTES COM BAIXO GANHO DE PESO E/OU DESNUTRIDOS. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS.	UNIDAD	1.000	88,99	88.990,00
AMPLA	Lote 4	1	113784 - FORMULA HIPOALERGENICA COM100% DE PROTEINA DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA (SENDO 85% PEPTÍDEOS E 15% DE AMINOACIDOS LIVRES), COM ACIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS E PREBIOTICOS0,8G/100ML. MARCAS DE REFERENCIA: APTAMIL PEPTI, ALTHÉRA OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU SOJA. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	1.400	93,32	130.648,00
AMPLA	Lote 5	1	113785 - FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE. ENRIQUECIDA COM LC-PUFAS DHA E ARA NUCLEOTÍDEO, FERRO E VITAMINAS. DE 66 A 67 KCAL/100ML. MARCAS DE REFERÊNCIA: NAN SL, APTAMIL SL OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A LACTENTES COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE E/OU DIARREIA. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	1.000	94,44	94.440,00
AMPLA	Lote 6	1	113786 - FORMULA ANTI REGURGITAÇÃO, PRA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTROESOFÁGIO. CONTÉM GOMA JATAÍ, AGENTE ESPESANTE QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE DA FÓRMULA OU AMIDO PREGELARINIZADO. POSSUI LACTOSE. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO 400 G. MARCAS DE REFERÊNCIA: NAN AR, APTAMIL AR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A LACTENTES DE 0 A 24 MESES EM TRATAMENTO DIETÉTICO DA REGURGITAÇÃO E/OU LACTENTES QUE NECESSITAM DE LEITE COM CARACTERÍSTICAS MAIS ESPESAS. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	750	108,35	81.262,50
AMPLA	Lote 7	1	113787 - FÓRMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA. ISENTA DE FRUTOSE LACTOSE E GLÚTEN. LATA DE NO MÍNIMO 400 G. MARCAS DE REFERÊNCIA: PREGOMIN PEPTI, ALFARÉ OU DE QUALIDADE SUPERIOR. DESTINADO A LACTENTES E CRIANÇAS QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU SOJA E DISTÚRBIOS ABSORTIVOS.	UNIDAD	700	186,18	130.326,00
AMPLA	Lote 8	1	113788 - ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO, PARA USO ORAL OU ENTERAL, PARA AUXILIAR NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES	UNIDAD	1.500	97,36	146.040,00



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			ALIMENTARES OU COM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. NORMOCALÓRICA (1.0 CAL/ML) EM SUA DILUIÇÃO PADRÃO, COM 12% DE PROTEÍNA (70% CONCENTRADO PROTEICO DO LEITE, 16% CONCENTRADO PROTEICO DO SORO E 14% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA), 53% DE CARBOIDRATO, PODENDO CONTER SACAROSE E 35% DE LÍPIDEOS COM COMBINAÇÃO DE DHA E ARA. PRESENÇA DE PREBIÓTICOS (FOS) E PROBIÓTICOS. SABOR: BAUNILHA. MARCAS DE REFERÊNCIA: PEDIASURE, FORTINI, TROPHIC INFANT OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A CRIANÇAS ENTRE 1 A 10 ANOS QUE APRESENTAM BAIXO PESO E/OU DIFICULDADES ALIMENTARES. PODE SER UTILIZADO COM SUPORTE TOTAL DE NUTRIÇÃO OU COMO SUPLEMENTO NUTRICIONAL. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.				
AMPLA	Lote 9	1	113789 - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA PARA NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. CONTENDO 100% AMINOÁCIDOS LIVRES E SINTÉTICOS, 100% XAROPE DE GLICOSE, ÓLEOS VEGETAIS E TCM. ADICIONADA DE LCPUFAS(ARA E DHA) E NUCLEOTÍDEOS. INDICAÇÃO PARA CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES DE IDADE COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. NÃO CONTER GLÚTEN. PARA INDICAÇÕES COMO: ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS), SÍNDROME DO INTESTINO CURTO E OUTROS DISTÚRBIOS ABSORTIVOS MODERADOS A GRAVES, GASTROENTEROPATIA EOSINOFÍLICA, NUTRIÇÃO ENTERAL PRECOCE/MÍNIMA EM TERAPIA INTENSIVA NEONATAL E PEDIÁTRICA, TRANSIÇÃO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL PARA ENTERAL.DENSIDADE CALÓRICA PRÓXIMA DE 67 KCal/100 ML., CONTENDO 11,2% DE PROTEÍNAS (100% AMINOÁCIDOS LIVRES E SINTÉTICOS), 43,1% DE CARBOIDRATOS (100% XAROPE DE GLICOSE) E 45,7% DE LÍPIDEOS (ÓLEOS VEGETAIS, TCM – TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ARA – ÁCIDO ARAQUIDÔNICO E DHA – ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO) – ISENTOS DE SOJA E/OU TRAÇOS DE SOJA. MARCAS DE REFERÊNCIA: NEOCATE, ALFAMINO OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	950	219,53	208.553,50
ME/EPP/MEI	Lote 10	1	113790 - FÓRMULA INFANTIL INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. POSSUI 100% DE GORDURA VEGETAL E 100% MALTODEXTRINA. MARCAS DE REFERÊNCIA: NAN SOJA, APTAMIL SOJA OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO À CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE OU INTOLERANTES À LACTOSE. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 800 GRAMAS.	UNIDAD	100	108,00	10.800,00
AMPLA	Lote 11	1	113791 - FORMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM SEUS NUTRIENTES EM PERCENTUAIS NORMAIS E BAIXA OSMOLIDADE. INDICADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES NUTRICIONAIS NA MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE, GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA: 1,5 KCal/ML. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 L. MARCAS DE REFERÊNCIA: TROPHIC 1.5, ISOSOURCE 1.5 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO À RECUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO BOM ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES COM DOENÇAS NEUROLÓGICAS OU DESNUTRIÇÃO, CUJA NECESSIDADE ENERGÉTICA É ELEVADA. INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADE ELEVADA DE CALORIAS ASSOCIADA OU NÃO À RESTRIÇÃO HÍDRICA.	UNIDAD	6.000	36,47	218.820,00
AMPLA	Lote 12	1	113792 - ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICO (1.2 KCal/ ML) E NORMOPROTEICO (100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA) E SEM TCM, COMO FONTE DE GORDURA DE RÁPIDA ABSORÇÃO, PARA RECUPERAÇÃO DO PACIENTE E/OU PACIENTES QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE.ISENTOS DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 LITRO. DIETA INDICADA PARA MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES A PARTIR DOS 10 ANOS DE IDADE. ALÉM DISSO, É UMA ALTERNATIVA DE ALIMENTO ENTERAL PARA PESSOAS CUJO CONSUMO DE LEITE DEVE SER RESTRITO. PARA PERÍODOS DE RECUPERAÇÃO APÓS ENFERMIDADE.	UNIDAD	5.000	22,83	114.150,00
AMPLA	Lote 13	1	113793 - ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICO (1.2 KCal/ ML) E NORMOPROTEICO (100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA) COM ADIÇÃO DE TCM, COMO FONTE DE GORDURA DE RÁPIDA ABSORÇÃO, PARA RECUPERAÇÃO DO PACIENTE E/OU PACIENTES QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE.ISENTOS DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 LITRO. DIETA INDICADA PARA MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES A PARTIR DOS 10 ANOS DE IDADE. ALÉM DISSO, É UMA ALTERNATIVA DE ALIMENTO ENTERAL PARA PESSOAS CUJO CONSUMO DE LEITE DEVE SER RESTRITO. PARA PERÍODOS DE RECUPERAÇÃO APÓS ENFERMIDADE.	UNIDAD	4.800	24,82	119.136,00
AMPLA	Lote 14	1	113794 - ALIMENTO PARA SITUAÇÃO METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. NORMOPROTEICA, PARA PACIENTES COM NECESSIDADES DE CONTROLE GLICÊMICO. ISENTOS DE GLÚTEN. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1000 ML, SISTEMA ABERTO. MARCAS DE REFERÊNCIA: DIANUTRI, GLUCERNA, NUTRIDIBETIC, NOVASOURCE GC, DIAMAX OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A PACIENTES QUE NECESSITAM DO CONTROLE GLICÊMICO EM CASOS DE DIABETES. COM UMA COMPOSIÇÃO ISENTA.	UNIDAD	2.600	53,07	137.982,00
ME/EPP/MEI	Lote 15	1	113795 - ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO PARA SITUAÇÕES DE DISTÚRBIOS RENAIS PARA PACIENTES EM DIÁLISE COM UREMIA. HIPERCALÓRICO COM NO MÍNIMO 1.5 KCal/ML, COM PELO MENOS	UNIDAD	300	18,54	5.562,00



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			14% DE PROTEÍNAS. SABOR BAUNILHA OU CHOCOLATE. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML. MARCAS DE REFERÊNCIA: HDMAX, FRESUBIN LP, NOVASOURCE REN, NUTRI RENAL OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO PARA SITUAÇÃO METABÓLICA ESPECIAL, PODENDO SER UTILIZADO COMO FONTE EXCLUSIVA DE ALIMENTAÇÃO OU COMO SUPLEMENTO, INDICADO PARA PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA EM PROCESSO DIATÍTICO POIS AUXILIA NA REPOSIÇÃO DE PERDAS NITROGENADAS EM DIÁLISE, NA REGULARIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTESTINAL E NA REDUÇÃO DE COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES. UTILIZADO POR PACIENTES EM DIÁLISE.				
ME/EPP/MEI	Lote 16	1	113796 - ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICO (1,2 KCal/ML COM ADIÇÃO DE FIBRAS, NORMOPROTEICO. SABOR DE BAUNILHA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA PAK NO MÍNIMO 1000ML. MARCAS DE REFERÊNCIA: ISOSOURCE FIBER, TROPHIC FIBER OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. É UMA FÓRMULA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEICA, DESTINADA A ATENDER ÀS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES COM FUNÇÃO ANORMAL DO INTESTINO E INATIVIDADE PROLONGADA.	UNIDAD	2.500	29,77	74.425,00
AMPLA	Lote 17	1	113797 - SUPLEMENTO ALIMENTAR ORAL EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, INDICADO PARA ADULTOS ACIMA DE 50 ANOS E POPULAÇÃO IDOSA, DESTINADO À COMPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL E MANUTENÇÃO DA MASSA MUSCULAR, COM PERFIL HIPERPROTEICO, CONTENDO PROTEÍNAS DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, INCLUINDO PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, ACRESCIDO DE VITAMINAS E MINERAIS, ESPECIALMENTE CÁLCIO E VITAMINA D, PODENDO CONTER HMB, COLÁGENO HIDROLISADO E FIBRAS PREBIÓTICAS. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, DE BOA SOLUBILIDADE E ACEITABILIDADE SENSORIAL, SEM SABOR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM/LATA ENTRE 370 G E 900 G, COM REGISTRO VIGENTE JUNTO À AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR NO MÍNIMO 13 G DE PROTEÍNA POR PORÇÃO PREPARADA, CONTER NO MÍNIMO 20 VITAMINAS E MINERAIS, ALÉM DE FICHA TÉCNICA, TABELA NUTRICIONAL E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES NO ATO DA ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: NUTREN SENIOR, ENSURE ADVANCE OU NUTRIDRINK PROTEIN SENIOR, OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.	UNIDAD	4.000	79,36	317.440,00
AMPLA	Lote 18	1	113798 - FÓRMULA ENTERAL HIPERPROTEICA 1,28 -1,4 KCal /ML, COM ARGININA (MÍNIMO 3G /200ML) PODENDO CONTER PROLINA. COM ALTO TEOR DE ZINCO, SELENIO VITAMINAS A, E, E C, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, USADO PARA PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO NO GERAL, LESÕES POR PRESSÃO, LESÕES CRONICAS, PÉ DIABÉTICO. SABOR BAUNILHA, ISENTO DE GLUTEN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200 ML. MARCAS DE REFERÊNCIA: CUBITAN, NOVASOURCE PROLINE, IMPACT OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. INDICADO COMO COMPLEMENTE DE DIETA ENTERAL OU ORAL EM PACIENTES COM ESCARAS, NO OBJETIVO DE FACILITAR A CICATRIZAÇÃO DE DENTRO PARA FORA.	UNIDAD	4.100	21,64	88.724,00
ME/EPP/MEI	Lote 19	1	113799 - COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA JOVENS E ADULTOS.FONTE DE PROTEÍNAS, VITAMINAS E MINERAIS COM ADIÇÃO DE FIBRAS, INDICADO PARA COMBATER CARÊNCIAS NUTRICIONAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: SUSTAGEN, NUTREN ACTIVE, SUSTEMIL FIBRAS, NUTRIDRINK OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. DESTINADO A PACIENTES JOVENS E ADULTOS EM DESNUTRIÇÃO OU CARÊNCIAS NUTRICIONAIS. LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UNIDAD	850	64,89	55.156,00
ME/EPP/MEI	Lote 20	1	113800 - ESPESANTE ALIMENTAR E GELIFICANTE INSTANTANEO PARA ALIMNETOS, A BASE DE GOMA XANTANA, PODENDO, CONTER GOMA GUAR. SEM A PRESENÇA DE AMIDO DE MILHO, ESTÁVEL EM AMPLA FAIXA DE TEMPERATURA ESPECIALIZADO PARA PACIENTES COM DIFICULDADE DE DEGLUTIÇÃO. PARA SER ADICIONADO EM PREPARAÇÕES QUENTES E FRIAS, LÍQUIDAS, SEM ALTERAR A SUA COR SABOR E CHEIRO. ISENTO DE GLÚTEN. SABOR NEUTRO. EMBALAGEM ATÓXICA COM NO MÍNIMO 125 GRAMAS.	UNIDAD	250	79,59	19.897,00
AMPLA	Lote 21	1	305952 - FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA E SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, HIPERCALÓRICA, COM ÓTIMA OFERTA PROTÉICA, CONTÉM ADIÇÃO DE LCPUFAS, NUCLEOTÍDEOS E UMA MISTURA EXCLUSIVA DE PREBIÓTICOS (GOS/FOS). ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 1,0 KCal/ML. POSSUI 11% DE PROTEÍNAS (60% SORO DE LEITE E 40% CASEÍNA), 40% DE CARBOIDRATOS (54% DE LACTOSE E 46% DE MALTODEXTRINA) E 49% DE LÍPÍDEOS (ÓLEOS VEGETAIS – CANOLA, PALMA, COCO, GIRASSOL E ÓLEO DE PEIXE E MORTIRELLA ALPINA). LATA DE 400G. MARCA DE REFERÊNCIA: INFATRINI	UNID	500	181,20	90.600,00
ME/EPP/MEI	Lote 22	1	305954 - SUPLEMENTO NUTRICIONAL NUTRICIONALMENTE COMPLETO, SABOR NEUTRO, INDICADO PARA A FAIXA ETÁRIA PEDIÁTRICA (CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE). FÓRMULA HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE DE 1,5 KCal/ML, ENRIQUECIDA COM MIX DE FIBRAS (SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS). COMPOSIÇÃO BALANCEADA EM MACRONUTRIENTES, ISENTA DE GLÚTEN, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS INFANTIS. APRESENTAÇÃO LÍQUIDA, PRONTA PARA O CONSUMO OU USO VIA Sonda. EMBALAGEM DE 200ML. MARCA DE REFERENCIA FORTINI PLUS MULTI FIBER.	UNID	1.000	17,59	17.590,00
AMPLA	Lote 23	1	305958 - COMPLEMENTO ALIMENTAR PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE SACAROSE, GLICOSE, FRUTOSE E LACTOSE, RICO EM ÔMEGA-3 (DHA E EPA) E CONTENDO CÁLCIO, FERRO, COBRE, ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, D, E, K E C, LEUCINA SEM SABOR, ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE, SEM FIBRAS. INDICADO PARA Atingir METAS NUTRICIONAIS NO PACIENTE ONCOLÓGICO, PODENDO SER USADO NA FORMA DE BEBIDA OU ACRESCIDO A PREPARAÇÕES DOCE OU SALGADAS. EMBALAGEM MÍNIMA 360 GR.	UNIDAD	4.000	128,56	514.240,00



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			REGISTRO MS / ANVISA PRAZO DE VALIDADE DE PELO MENOS 85% DO VENCIMENTO DA ENTREGA. MARCAS SUGERIDAS : NUTREN FORTIFY.				

1.2. A opção pelo Pregão Eletrônico justifica-se por possibilitar uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento fracionado dos materiais durante a vigência do contrato. Ainda, tende a otimizar a utilização do espaço físico disponível ao permitir a manutenção de um estoque reduzido. Modalidade esta que, concomitantemente, vem à auxiliar planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício financeiro.

1.3. Com fulcro no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório será restrito a participação de ME, MEI e EPP para os Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 10, 15, 16, 19 e 20.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no Art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.5. Os materiais desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado a partir da data de publicação do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de aditivo de prorrogação contratual, o índice utilizado será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos itens elencados se faz necessária, tendo em vista que há a necessidade de atender os pacientes incapazes de se alimentar por via oral, e para àqueles que necessitam de suplementação alimentar para melhorar e/ou recuperar seu estado nutricional, conforme Protocolo Municipal de Dietas.

3.2. Estima-se a necessidade de Aquisição de Dietas, Leites e suplementos alimentares, considerando-se a média mensal de consumo do exercício de 2025, durante o período de 12 (Doze) meses, bem como possibilidade de prorrogação contratual. Para determinados itens, embora não havendo demanda nos períodos anteriores é necessário manter uma quantidade mínima para eventual necessidade de aquisição, considerando que tais itens são contemplados por protocolo estabelecido.

3.3. Considerando a existência de pacientes pediátricos em acompanhamento especializado, com diagnóstico de doenças oncológicas e comprometimento do estado nutricional decorrente da baixa aceitação alimentar durante o tratamento, faz-se necessária a inclusão de suplemento nutricional oral específico, conforme prescrição emitida pela equipe de Nutrição do serviço de referência. Em especial, há indicação formal para utilização do suplemento Fortini Plus Multi Fiber, em razão de suas características nutricionais específicas (1,5 kcal/ml, presença de fibras alimentares e adequação ao público pediátrico), bem como pela comprovada aceitação e tolerabilidade pelo paciente. A substituição por produto diverso poderá comprometer a adesão à terapia nutricional, o aporte calórico-proteico necessário e, conseqüentemente, a evolução clínica do paciente. Dessa forma, a aquisição do referido produto encontra respaldo em justificativa técnica e prescrição individualizada emitida por profissional habilitado, documentos que integram o processo administrativo. Excepcionalmente para o item referente ao suplemento nutricional pediátrico Fortini Plus Multi Fiber, a indicação da marca decorre de prescrição nutricional individualizada emitida por serviço especializado de referência, acompanhada de justificativa técnica que demonstra a necessidade clínica específica do paciente. A indicação observa o disposto no art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a substituição por produto diverso poderá comprometer a aceitação, a adesão ao tratamento e os resultados terapêuticos pretendidos.

3.4. Salienta-se que a ausência dos itens supracitados poderá interromper o devido fornecimento, podendo comprometer o estado nutricional e acarretar danos ao quadro geral de saúde do paciente.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/21:

5.1.2. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.2.1. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os Licitantes devem ofertar preferencialmente produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis.

5.1.2.2. A empresa CONTRATADA deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados, comprovações e laudos que deverão ser apresentados quando solicitados.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda às especificações contidas na descrição do objeto, ressalvada a hipótese de item cuja indicação de marca esteja devidamente justificada por prescrição clínica individualizada e parecer técnico constante do processo administrativo, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1. A critério da Unidade Requisitante, será exigido apresentação da amostra:

5.5.1.1. As amostras deverão ser apresentadas pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, em até 02 (Dois) dias úteis, até às 16hrs30min, contados a partir da data da comunicação, para análise e aprovação da Unidade Requisitante.

5.5.1.2. Uma amostra técnica de cada produto cotado, conforme arrematado no certame, identicamente ao que será entregue à Contratante, caso aprovada.

5.5.1.3. Caso o Licitante não apresente a amostra técnica no prazo previsto, será automaticamente desclassificado.

5.5.1.4. Caso o Licitante apresente a amostra técnica no prazo previsto, porém a mesma seja reprovada durante a análise, será desclassificado.

5.5.1.5. Caso o Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar no certame seja desclassificado na fase de apresentação de amostra técnica, o segundo será notificado formalmente, por meio do endereço eletrônico da empresa constante em sua proposta comercial, para apresentação de amostra técnica, para análise e aprovação da Unidade Requisitante, considerando os mesmos prazos previstos para o licitante desclassificado anteriormente, contados a partir da data de notificação, e assim sucessivamente obedecida à ordem de classificação provisória no caso de novas desclassificações na fase de apresentação de amostra técnica.

5.5.1.6. As análises das amostras serão feitas em sessões abertas em local e data definidos pela Unidade Requisitante.

5.5.1.7. As amostras técnicas deverão ser entregues obrigatoriamente junto à Secretaria Municipal de Saúde, Localizada na Avenida Mario Gallo, nº 206, Jardim Eldorado, Marialva – PR, em dia útil, nos seguintes horários disponíveis para recebimento: 08hrs00min às 11hrs00min da manhã – 13h30min às 16h30min da tarde.



5.5.1.8. As amostras técnicas aprovadas e não consumidas durante a análise deverão permanecer em poder e responsabilidade da Unidade Requisitante até o término de vigência do contrato com o licitante vencedor responsável, servindo como parâmetro de confrontação quando das efetivas entregas dos produtos.

5.5.1.9. Após o término do contrato, as amostras técnicas poderão ser retiradas no prazo máximo de 20 (Vinte) dias úteis, podendo a Unidade Requisitante descartá-las posteriormente a esse prazo, sem gerar aos Licitantes direito a quaisquer ressarcimentos.

5.5.1.10. As amostras técnicas reprovadas e não consumidas durante a análise deverão ser retiradas no prazo máximo de 20 (Vinte) dias úteis, no prédio da Unidade Requisitante, a partir da data de notificação formal à licitante pelo Município de Marialva – PR, por meio do endereço eletrônico da empresa constante em sua proposta, podendo a Unidade Requisitante descartá-las após esse prazo sem gerar aos licitantes direito a quaisquer ressarcimentos.

5.5.1.11. O objetivo da avaliação das amostras técnicas é garantir ao Município de Marialva – PR a qualidade mínima exigida do produto licitado.

5.5.1.12. Os critérios da avaliação das amostras técnicas serão: qualidade e especificação do produto ofertado.

5.5.1.13. Os métodos da avaliação das amostras técnicas serão: a análise; medições; testes de qualidade; o uso/consumo; a comparação física do produto às exigências previstas no descritivo editalício; e conferência das certificações apresentadas, quando solicitadas no Termo de Referência, mediante validação de autenticidade perante o instituto ou órgão competente, quando for o caso.

5.5.1.14. A comissão responsável pela avaliação das amostras será designada pela Unidade Requisitante.

5.5.1.15. As ocorrências, em suas integras, durante a análise e avaliação das amostras técnicas, além das decisões tomadas pela comissão, serão lavradas em atas, que serão disponibilizadas posteriormente aos Licitantes.

5.5.1.16. Os recursos e pedidos de impugnação à decisão da comissão responsável pela avaliação deverão ser apresentados no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, contados a partir da data de registro da respectiva ata.

5.6. Obrigações das Partes

5.6.1. Da Contratada

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.6.1.6.2. Apresentar embalagem danificada;

5.6.1.6.3. O peso e/ou tipo de embalagem e/ou rotulagem estiver em desacordo com a norma exigida em Edital;

5.6.1.6.4. Demonstrar contaminação e/ou deterioração.

5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.6.1.8. Arcar com as despesas decorrentes de exames laboratoriais dos produtos fornecidos, se detectada alteração nas características, caso o CONTRATANTE julgue necessário;

5.6.1.8.1. Apresentar os resultados dos exames laboratoriais dos produtos.

5.6.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de



suas responsabilidades contratuais;

5.6.1.10. Arcar integralmente com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.6.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.6.1.13. Acatar as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.6.2. Da Contratante

5.6.2.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.6.2.3. Comunicar, por escrito, às Contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.6.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.6.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.7. Infrações e Sanções

5.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.7.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante;

5.7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.7.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.7.2.1.1. advertência;

5.7.2.1.2. multa;

5.7.2.1.3. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.7.2.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.7.2.1.5. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.7.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.7.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo,



garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

5.7.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.7.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.8. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS	Grau de severidade		
	Leve	Moderado	Grave



ITEM		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas



as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.9. Moratória

5.9.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.9.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.9.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.9.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.9.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

5.9.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

5.9.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. Os produtos poderão ser adquiridos de forma parcial, e deverão ser entregues no prazo máximo de 07 (Sete) dias úteis, contados a partir da data de ciência por parte da Contratada da emissão de Empenho pela contratante. A entrega deverá ser efetuada no local indicado no empenho, de segunda a sexta-feira (Dias úteis), no período de 8hrs00min às 11hrs00min e 13hrs00min às 16hrs00min, nos locais indicados pela Unidade Requisitante.

6.1.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (Dois) dias de antecedência para que quaisquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.2.1. Os produtos devem ser entregues com prazo de validade vigente, com no mínimo de 80% de vida útil.

6.1.3. Os quantitativos serão solicitados em acordo com a necessidade, por parte do Município de Marialva – PR.

6.1.4. De forma sumária, em conformidade a Lei 14.133/2021, os produtos terão o recebimento provisório;

6.1.4.1. O recebimento provisório possui por finalidade proporcionar a devida aferição das especificações técnicas dos produtos ofertados.

6.2. Garantia

6.2.1. A garantia dos materiais devem seguir o Código de Defesa do Consumidor.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:



7.2.1. Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Malheiros	Gestora de Contratos	3160

7.2.2. Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Silvana Akemi Tateyama	Farmacêutica	3268

7.2.3. Fiscal Substituto:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Silvia Sayuri Miyamoto Matsumoto	Farmacêutica	2088

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (Dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. Liquidação

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

8.5.2.1. **A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



8.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM, onde a opção por Lote encontra-se, devidamente, justificada junto ao Estudo Técnico Preliminar, Apêndice deste presente Termo de Referência;

9.1.2. Com fulcro nos Incisos I do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório será restrito a participação de ME, MEI e EPP para os Lotes nºs 10, 15, 16, 19, 20 e 22.

9.1.3. Para os Lotes nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 21 e 23, o presente procedimento licitatório não atenderá o preconizado ao Inciso III, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto a demanda pela padronização e uniformização em seus fornecimentos, onde seus parcelamentos podem incidir na descontinuidade dos produtos ofertados, o qual obrigaria os beneficiários destes em readaptações alimentares, casos os mesmos forem produzidos por fabricantes distintos. Ainda, a abstenção da referida reserva de mercado poderá proporcionar ao município de Marialva – PR a economia em escala, com a aquisição em quantidade, efetuada junto à único fornecedor; por fim, tal conduta atuará como agente facilitador na gestão e fiscalização contratual, e nos devidos cuidados na emissão de pedidos e recebimento dos produtos.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.



9.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Documentos relativos à **habilitação técnica**:

9.2.1.2.1. A empresa deverá apresentar, Licença Sanitária Estadual ou Municipal da Proponente, para a atividade desenvolvida pela empresa: fabricação, importação, armazenamento, distribuição e/ou comércio atacadista de alimentos/dietas especiais para saúde.

9.2.1.3. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

9.2.1.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.2.1.4. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

9.2.1.4.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.2.1.4.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.2.1.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.1.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.2.1.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

9.2.1.4.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.1.4.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.2.1.4.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.1.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.



9.2.1.4.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.2.1.4.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.2.1.4.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.2.1.5. Documentação complementar:

9.2.1.5.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.2.1.5.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. nºs 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 2.759.403,00 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e três reais).

11.2. Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2801/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativos de Formulações de Preços, anexo ao referido processo licitatório.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto aos Despacho nº 02, do Processo Administrativo nº 2801/2026.

Marialva – PR, 27 de Maio de 2026.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O município de Marialva – PR preocupado com o crescimento da demanda de crianças que fazem uso de fórmulas infantis e pacientes em uso de dieta enteral e/ou suplementos, tomou a decisão de atender os municípios com adoção de critérios, lembrando que o aleitamento materno deve ser exclusivo até o sexto mês e continuado até os dois anos de idade, salvo em situações que contraindiquem a amamentação. Portanto, crianças saudáveis e em estado nutricional eutrófico seguirão a Política Pública de Aleitamento Materno.

A avaliação e acompanhamento da dispensação de fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos serão realizados com o auxílio da Equipe Multiprofissional (EM), composta por médico, assistente social, nutricionista, farmacêutico, enfermeiro e fonoaudiólogo quando necessário. A Equipe de Saúde da Família (ESF) e a nutricionista da equipe de apoio serão responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento das dietas enterais, suplementos e fórmulas infantis, avaliando se o benefício alimentar está sendo utilizado de maneira correta. Após da avaliação integral, o paciente deverá efetuar a solicitação do benefício e para seu cadastro.

Dessa forma, a contratação pretendida tem por finalidade atender os pacientes incapazes de se alimentar via oral e, concomitantemente, daqueles que necessitam de suplementação alimentar para melhorar e recuperar seu estado nutricional, conforme critérios do Protocolo Municipal de Dietas Especiais.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa recorrente, cuja previsão do recurso é realizada anualmente através da dotação orçamentária, que consta mencionada junto ao Processo Administrativo nº 2801/2026. Nota-se que, em conformidade ao Artigo nº 06 do Decreto nº 8087/2021, o município de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações para racionalizar a aquisições e demais contratações dos entes sob a sua responsabilidade.

Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Inciso III, do Artigo nº 06, da Lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância com o Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a necessidade de aquisição dos referidos insumos, considerando-se consumo para 12 (Doze) meses, baseado na média mensal do exercício de 2025, ante a imprevisibilidade pela demanda de determinado item, bem como possibilidade de aditivo de prorrogação contratual, desde que os valores



praticados no contrato apresentem-se economicamente vantajosos à Administração Municipal. Para alguns itens, mesmo não havendo demanda nos períodos anteriores é necessário manter uma quantidade mínima para eventual necessidade de aquisição, considerando que tais itens são contemplados pelo protocolo.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As especificações e as quantidades, que se pretende adquirir foram baseadas no histórico de consumo ano de 2024. Cabe ainda mencionar que, constatou-se acentuada quantidade de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a pretendida aquisição de forma eficaz.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 2.759.403,00 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e três reais). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha correlacionada junto ao Processo Administrativo nº 2801/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexa junto ao referido processo administrativo.

A composição da precificação para a solicitada aquisição foi efetuada por meio de cotações com fornecedores e Sistema Banco de Preços.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em razão de tratarem-se de fórmulas infantis, suplementos e dietas, cujos os prazos de validade determinam suas condições de uso, a solução ora escolhida, mais precisamente com a aquisição fracionada, através da modalidade Pregão, na forma eletrônica, mostra-se a mais viável, vez que possibilita sejam as aquisições feitas de acordo com a necessidade, otimizando os recursos orçamentários durante o exercício financeiro, evitando-se perda por vencimento, além de adequar-se ao uso de espaço para o devido armazenamento.

10. JUSTIFICATIVA PARA A APLICABILIDADE DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Com fulcro nos Incisos I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório será restrito a participação de ME, MEI e EPP para os Lotes nºs 10, 15, 16, 19, 20 e 22.

11. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICABILIDADE DO CONTEÚDO PRECONIZADO NO INCISO III, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Para os Lotes nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 21 e 23, o presente procedimento licitatório não atenderá o preconizado ao Inciso III, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto a demanda pela padronização e uniformização em seus fornecimentos, onde seus parcelamentos podem incidir na descontinuidade dos produtos ofertados, o qual obrigaria os beneficiários destes em readaptações alimentares, caso os mesmos forem produzidos por fabricantes distintos. Ainda, a abstenção da referida reserva de mercado poderá proporcionar ao município de Marialva – PR a economia em escala, com a aquisição em quantidade, efetuada junto à único fornecedor; por fim, tal conduta atuará como agente facilitador na gestão e fiscalização contratual, e nos devidos cuidados na emissão de pedidos e recebimento dos produtos.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta aquisição pretende-se manter o fornecimento de fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos ofertados aos usuários conforme Protocolo Municipal, otimizando os recursos públicos disponíveis, e de forma efetiva para o município de Marialva – PR.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



14. IMPACTOS AMBIENTAIS

Descarte incorreto dos materiais utilizados e embalagens, entretanto, plenamente evitável a devida logística no manejo do destino final dos referidos materiais.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a aquisição dos insumos pretendidos é primordial para o devido funcionamento dos serviços ofertados pelo Município de Marialva – PR.

16. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B17-1767-FFBF-6134

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DÉBORA CRISTIANA MARCENICHEN MORI (CPF 038.XXX.XXX-83) em 27/05/2026 15:34:55

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DANIELLI CASSIA BETANIN (CPF 091.XXX.XXX-37) em 27/05/2026 15:53:20 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/8B17-1767-FFBF-6134>